

PROJEÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA DECORRENTE DE BENEFÍCIOS DE
NATUREZA CREDITÍCIA E FINANCEIRA
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2009
(art. 14, § 1º, LRF)

INTRODUÇÃO

Atendendo a determinações do § 6º do art. 165 da Carta Magna da República Federativa do Brasil, em consonância com o inciso II do art. 5º e do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi elaborada a projeção da Renúncia de Receitas provenientes da concessão de benefícios de natureza creditícia e financeira pelo Governo do Distrito Federal, que acompanha o Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009, sendo que na elaboração foi observada a seguinte metodologia:

- a. dotação autorizada (Lei mais Créditos para o exercício de 2008);
- b. valores projetados com base no IGP-DI;
- c. especificidades de cada um dos fundos; e
- d. a Taxa de Juros de mercado de 12,5%aa;

No art. 2º da Portaria STN nº 379, de 13 de novembro de 2006, o Governo Federal disciplinou a metodologia de cálculo para a elaboração do demonstrativo de “Benefícios Financeiro e Creditícios Regionalizados”, que diz:

“Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - benefícios ou subsídios financeiros, os desembolsos efetivos realizados por meio das equalizações de juros e preços, bem como a assunção das dívidas decorrentes de saldos de obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional, cujos valores constam do orçamento da União;

II - benefícios ou subsídios creditícios são os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, operacionalizados por meio de fundos ou programas, à taxa de juros inferior ao custo de captação do Governo Federal.”

Para a elaboração da Projeção da Renúncia de Receita decorrente de Benefícios de Natureza Creditícia e Financeira Regionalizados, foi observada a metodologia de cálculo que está disciplinada no art. 3º da mencionada portaria, e observou-se:

1) BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS:

No âmbito do Governo do Distrito Federal, o gasto com benefícios creditícios vem sendo realizado pelos fundos, abaixo discriminados, os quais tornam os recursos mais acessíveis para os beneficiários de determinados segmentos da economia com taxas de juros subsidiadas.

a) O **Fundo de Aval do Distrito Federal – FADF**, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criado pela Lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000, regulamentado pelo Decreto nº 22.024, de 22 de março de 2001, é a responsável pela concessão de garantias complementares a micro e mini produtores rurais, necessárias a contratação de financiamentos junto a instituições financeiras que operam com Crédito Rural.

Verificando-se que a Unidade não concedeu avais como garantias complementares, nos últimos exercícios, e, que, até a presente data, não houve execução, apesar da disponibilidade orçamentária na ordem de R\$ 60.269,00 (sessenta mil e duzentos e sessenta e nove reais). Portanto não possui uma série histórica para subsidiar uma análise mais acurada. Outro fator de dificuldade é que a remuneração pela concessão de aval é da ordem de 2%, 3% e 5% para

operações contratadas até 24 meses, de 24 meses e 1 dia a 36 meses e mais de 36 meses, respectivamente.

b) O **Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR**, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criado pela Lei nº 2.653, de 27 de dezembro de 2000, regulamentado pelo Decreto nº 22.023, de 22 de março de 2001, é a responsável por financiar despesas com investimentos e custeio com juros subsidiados, para agricultores da área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno nos programas PRÓ-RURAL/DF e RIDE.

c) O **Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNGER**, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho, criado pela Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 709, de 4 de agosto de 2005, regulamentado pelo Decreto nº 25.745, de 11 de abril de 2005, é a responsável por conceder empréstimos e financiamentos a micro e pequenos empreendedores econômicos formais e informais, urbanos e rurais, por meio de crédito para Capital de Giro, custeio e investimento.

Com a criação da Secretaria de Estado de Trabalho, pelo Decreto nº 28.987, de 24 de abril de 2008, o FUNGER, ficará vinculado à nova Secretaria.

d) O **Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFÉ**, vinculado a Secretaria de Estado de Fazenda, foi criado pelo Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, alterado pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989, regulamentado pelo Decreto nº 22.833, de 2 de abril de 2002, é a responsável por conceder apoio financeiro a projetos selecionados, para isso, utiliza a estrutura do Banco de Brasília como agente financeiro, concedendo financiamentos ou empréstimos para o setor privado nos termos do Decreto nº 14.683, de 27 de abril de 1993.

O quadro a seguir demonstra o custo dos recursos alocados para benefícios creditícios:

R\$ 1,00

PROGRAMA	DOTAÇÃO AUTORIZADA LEI 2008	Tx. Jrs. Mercado	Tx. Jrs. Fundo	Custo de Oportunidade	Total por Unidade
FUNDO DE AVAL (*)	60.269	0,125	0,03	1,095	65.995
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	3.533.544	0,125	0,04	1,085	3.833.895
FUNDO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA (*)	47.995.717	0,125	0,05	1,075	51.595.396
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DF	30.930.000	0,125	0,02	1,105	34.177.650

(*) Taxa média de Juros do Fundo.

A regionalização desses recursos no Distrito Federal, está representada no quadro a seguir:

REGIONALIZAÇÃO:

REGIONALIZAÇÃO								
LOCALIDADE	FADF		FDRDF		FUNGER		FUNDEFÉ	
	QUANTIA	VALORES	QUANTIA	VALORES	QUANTIA	VALORES	QUANTIA	VALORES
Plano Piloto	0	0	0	0	504	5.235.552	0	8.146.483
Gama	0	0	0	0	225	1.877.577	0	5.005.404
Taguatinga	0	0	0	0	725	7.040.915	0	3.907.023
Brazlândia	0	0	0	0	63	433.287	0	20.626
Sobradinho	0	0	0	0	349	3.069.117	0	4.704.357
Planaltina	0	0	8	346.202	470	4.730.051	0	50.016
Paranoá	0	0	4	153.306	119	902.681	0	3.818.151
Núcleo Bandeirante	0	0	0	0	58	649.931	0	159.949

Ceilândia	0	0	0		721	5.957.698	0	2.030.043
Guará	0	0	0		201	171.509	0	496.918
Cruzeiro	0	0	0		63	613.823	0	261.755
Samambaia	0	0	0		287	2.238.650	0	444.059
Santa Maria	0	0	0		90	505.502	0	2.837.252
São Sebastião	0	0	1	46.319	98	722.145	0	2.295.615
Recanto das Emas	0	0	0		80	541.609	0	0
Riacho Fundo	0	0	0		60	505.502	0	0
Candangolândia	0	0	0		24	252.751	0	0
Lago Sul	0	0	0		0	0	0	0
Águas Claras	0	0	0		0	0	0	0
Distrito Federal	0	65.995	387	3.288.067	19.600	16.147.095	58	0
TOTAL	0	65.995	400	3.833.895	23.737	51.595.396	58	34.177.650

Este trabalho representa uma inovação ao conjunto de informações do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009, com a inclusão dos valores da previsão dos benefícios creditícios a serem concedidos pelo Governo do Distrito Federal, além das renúncias tributárias.

O quadro abaixo mostra o volume da renúncia de receitas previstas que, apesar da subjetividade e a diversidade de concepções na discussão teórica, setores da sociedade distrital são beneficiados permitindo retorno, tais como: geração de empregos e renda.

Setor Beneficiado	FUNGER	FUNDEFE	FDR	FADF
Indústria	0	4.784.871	0	0
Comércio	25.797.698	19.481.261	0	0
Serviços	15.478.619	9.911.519	0	0
Agropecuária	5.159.540	0	3.833.895	65.995
Produção de Bens	5.159.540	0	0	0
TOTAL	51.595.396	34.177.650	3.833.895	65.995

2) BENEFÍCIOS FINANCEIROS:

É importante notar que parte dos benefícios tributários enquadra-se no conceito de "Benefícios Sociais", pois o conceito de gasto tributário não detém a clareza necessária para um entendimento uniforme e consistente. A própria LRF, nos capítulos III e IV, que tratam respectivamente da receita e da despesa pública, dá margem a várias interpretações. As ações desenvolvidas estão alocadas na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e assim distribuídas:

AÇÕES	VALOR
* PROGRAMA RENDA MINHA (Bolsa Social)	62.910.751
* CESTAS BÁSICAS DA SOLIDARIEDADE (cesta verde)	7.369.102
* LEITE DA SOLIDARIEDADE (café completo)	27.553.518
* PÃO DA SOLIDARIEDADE (café completo)	7.190.089
* RESTAURANTE DA SOLIDARIEDADE (Restaurante Prato Cheio)	9.987.965
RENDA SOLIDARIEDADE	23.891.763

(*) Ações alteradas pelo Decreto nº 28.478, de 27 de novembro de 2007.

RESULTADOS

A aplicação do montante de R\$ 34.177.650,00, para apoio a micro, mini, pequenos produtores rurais, empreendedores econômicos e trabalhadores tem a expectativa de gerar 19.234 empregos, ou seja, para cada emprego representa um investimento na ordem de R\$ 1.776,94. Esses dados permitem avaliar a relação custo/benefício das renúncias a serem geridas pelos citados fundos para o exercício de 2009.

O quadro a seguir demonstra a distribuição dos benefícios por setor:

Setor Beneficiado	FUNGER	FUNDEFE	FDR	FADF
Indústria	0	17	0	0
Comércio	12.707	23	0	0
Serviços	8.631	18	0	0
Agropecuária	0	0	400	0
Produção de Bens	2399	0	0	0
TOTAL	23.737	58	400	0

Com relação ao Fundo de Aval do Distrito Federal o comportamento orçamentário, desde sua criação, apresenta-se da seguinte forma:

ANO	LEI	CANCELAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO	EMPENHO	DISPONÍVEL
2001	0	0	0	0	0
2002	47.000	0	0	0	47.000
2003	47.000	0	10.000	0	57.000
2004	105.000	60.000	0	0	45.000
2005	106.040	60.000	0	0	46.040
2006	40.230	0	0	0	40.230
2007	50.000	0	0	0	50.000
2008 (*)	60.269	0	0	0	60.269

(*) Posição 08/05/2008.

PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA DECORRENTE BENEFÍCIOS DE NATUREZA CREDITÍCIA E FINANCEIRA – 2009 a 2011.

Valores correntes em R\$ 1,00			
FUNDO	2009	2010	2011
IGP-DI		1,0413	1,406
FUNGER	51.595.396	53.726.286	75.539.158
FUNDEFE	34.177.650	35.589.187	50.038.397
FDR	3.833.895	3.992.235	5.613.082